



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

Secretaria Executiva

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Ata da 183^a reunião, realizada em 12 de dezembro de 2019

1 Em 12 de dezembro de 2019, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente suplente Antônio Augusto Melo Malard, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público: Mayara Márcia Sarsur Viana, da Secretaria de
7 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Marcelo Landi Matte,
8 da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Ivonice Maria da Rocha,
9 da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Eva Irena Kurek, da Secretaria de
10 Estado de Saúde (SES); Marina de Resende Franco, da Secretaria de Estado de
11 Desenvolvimento Social (Sedese); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado
12 de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado
13 de Fazenda (SEF); Flávio Godinho Pereira, da Coordenadoria Estadual de Defesa
14 Civil (Cedec); Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia - 4^a
15 Região (CRBio); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais
16 (PMMG); Andressa de Oliveira Lanchotti, do Ministério Público de Minas Gerais
17 (MPMG); João Batista Barbosa Júnior, da Comissão de Meio Ambiente e
18 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG);
19 Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio
20 Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM).
21 Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação
22 Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Carlos Alberto Santos
23 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
24 (Faemg); Mário Campos Filho, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
25 Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena
26 Empresa da Fiemg; Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores na
27 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo, do
28 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara
29 do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena Siqueira, da
30 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Paulo José de
31 Oliveira, da Associação Pró Pouso Alegre (APPA); Ronaldo Vasconcellos Novais,
32 da Organização Ponto Terra; Miguel Ângelo Andrade, da Pontifícia Universidade
33 Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Alírio Ferreira Mendes Júnior, do Conselho
34 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Virgínia Campos de Oliveira, da
35 Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta.** 1) **EXECUÇÃO**
36 **DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) **ABERTURA.** O
37 presidente suplente Antônio Augusto Melo Malard declarou aberta a 183^a reunião

38 do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental. **3) COMUNICADOS DOS**
39 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Ronaldo Vasconcellos
40 Novais: “Eu queria colocar a satisfação de estar no Estado de Minas Gerais, onde
41 temos a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
42 que funciona em termos modernos e eficazes, na direção do secretário e na
43 equipe técnica, pessoas competentes, como você, presidente, o Renato, a Marília,
44 pessoas que têm competência para trabalhar com a questão ambiental, têm
45 conhecimento, são bem mais jovens do que eu, mas têm experiência
46 administrativa. Então eu queria parabenizar o Estado de Minas Gerais no tocante
47 à área de Meio Ambiente. E nós ambientalistas – eu prefiro ser chamado de
48 ecodesenvolvimentista –, de uma maneira geral, temos motivos para comemorar.
49 A própria realização da COP-25, em Madri, foi improvisada, porque estava para
50 ser no Chile. Eu já estava com passagem comprada, hotel reservado, e achei
51 melhor não ir porque mudou o local. E há muita discussão na COP-25, pelas
52 informações que eu tenho, o Brasil está sendo representado lá por diversas
53 autoridades. Na primeira vez que eu fui, na Argentina, em 2004, tinha três ou
54 quatro brasileiros na comitiva brasileira. E agora tem muita gente lá, o que é bom,
55 inclusive alguns deputados federais. Quando eu fui, tinha um único deputado
56 federal. Então eu acho que essa notícia é auspíciosa para o mundo e para o
57 Brasil. Eu queria também aproveitar esse lado positivo da questão ambiental e
58 dizer que uma das maiores revistas do mundo escolheu esses dias como
59 personalidade do ano a jovem da Suécia Greta Thunberg, de 16 anos, que está
60 movimentando o mundo nessa questão climática, comunicando e dando o seu
61 recado. Eu confesso que me alinho com o pensamento dela, mas há uma
62 repercussão no muito inteiro, uma revista de circulação no mundo inteiro. Isso é
63 muito bom para o meio ambiente. E aos negacionistas climáticos eu quero dizer
64 que, antes de qualquer coisa, refletam mais sobre essa questão muito importante.
65 Então são notícias boas a governança pública do meio ambiente em Minas
66 Gerais, a própria realização da COP-25, em Madri, e a escolha da Greta Thunberg
67 como personalidade do ano por uma grande revista, de circulação mundial.”
68 Conselheiro Tales Heliodoro Viana: “Cumprimentando a todos, eu gostaria de
69 agradecer mais uma vez a acolhida e comunicar que em novembro nós tivemos o
70 término das eleições do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região, e a
71 presidência foi assumida pelo Dr. Carlos Frederico Loiola. Mas eu continuei
72 representando o CRBio 4ª Região neste Conselho e no Conselho Estadual de
73 Recursos Hídricos. E continuamos à disposição desta Casa no que se fizer
74 necessário.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Apenas um
75 agradecimento. No próximo biênio, eu não estarei presente como conselheira. E
76 eu queria só registrar aqui o grande aprendizado que eu tive nesses três anos
77 junto a vocês.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Nós que agradecemos,
78 conselheira Virgínia. A senhora também contribuiu bastante com as discussões
79 durante todo esse período.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Antônio,
80 Hidelbrando, sobretudo vocês dois, mas eu estendo os meus agradecimentos a

81 todo o pessoal do Sisema. Fim de ano, última reunião, é momento de balanço, de
82 avaliar pontos positivos e negativos. Então eu trago para vocês aqui o resultado
83 fantástico da AMM na área de meio ambiente. Nos eventos realizados, interna ou
84 externamente, eu fiz essa contabilização hoje com o nosso departamento de
85 comunicação, e nós tivemos 832 pessoas presentes em eventos ambientais da
86 AMM. Então eu agradeço a vocês, que foram parceiros durante o ano todo.”
87 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Obrigado, conselheiro Licínio, e conte
88 conosco na continuidade dessas parcerias, não são nos eventos de unidades de
89 conservação, mas também dos municípios, com a capacitação da DN 213.
90 Sempre nosso parceiro.” **4) EXAME DA ATA DA 182ª REUNIÃO.** Aprovada por
91 unanimidade a ata da 182ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política
92 Ambiental, realizada em 11 de setembro de 2019. Votos favoráveis: SEE,
93 Sedese, Segov, SEF, Cedec, CRBio, PMMG, Assembleia Legislativa, MMA, AMM,
94 ACMinas, Faemg, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg,
95 Ibram, CMI, Abes, APPA, Ponto Terra, Crea e SME. Abstenções: Seapa, SES,
96 Ministério Público e Secult. Ausências: PUC, Fumec, UFV, Seplag, Kaluana,
97 Seinfra, Arpemg e Sede. Entidade desligada: Associação dos Engenheiros
98 Agrônomos do Norte de Minas. **5) ENTREGA DO DIPLOMA AOS AGRACIADOS**
99 **PELO PRÊMIO NATUREZA GERAIS.** **Apresentação:** SEMAD. Foi realizada a
100 cerimônia de premiação dos vencedores do Prêmio Natureza Gerais. Na categoria
101 Setor Produtivo, o vencedor foi o Sistema CNA/Faemg/Senar, com o Projeto ABC
102 Cerrado. Na categoria Exemplo em Cidadania Ambiental, o vencedor foi o
103 ambientalista Antônio Eustáquio Vieira. Manifestações. Antônio Eustáquio Vieira
104 (por meio de vídeo): “Eu queria agradecer a todos vocês por esta premiação do
105 Prêmio Natureza Gerais 2019. Eu me sinto imensamente lisonjeado e acho que as
106 pessoas devem ser realmente homenageadas enquanto estão vivas. E agradecer
107 também, imensamente, o Ronaldo Vasconcellos, que fez essa proposição. E digo
108 a vocês que esse prêmio vem de encontro às aspirações de todos os membros do
109 COPAM e também do apoio que nós temos recebido, ao longo dos anos, da
110 sociedade civil, do pessoal da minha região, da Bacia Hidrográfica do Rio
111 Paracatu; os companheiros do Movimento Verde de Paracatu e dos demais
112 colegiados de que participamos. Quero dizer ainda que a nossa luta deve ser
113 constante. Embora a idade chegue, a gente fique um pouco cansado, eu entendo
114 que devemos permanecer na busca de dias melhores. Muitas pessoas acreditam
115 no trabalho que nós fazemos, e é maneira de retribuirmos a oportunidade de
116 existirmos aqui na terra.” Tobias Tiago Pinto Vieira: “Realmente, é muito
117 engrandecedor estar vindo representar e receber um prêmio em nome do meu pai,
118 que se dedica a vida inteira às questões ambientais, discussões, evoluções
119 quanto a legislação. Hoje ele está como presidente do Comitê do Paracatu, além
120 dos plenários e das reuniões de que ele participa Brasil afora. Agora ele está em
121 Campo Grande, então ele roda constantemente na luta de proteção ao meio
122 ambiente. É de fato uma pessoa muito ativa nas questões ambientais, em todos
123 os sentidos, em projetos, em até discussões maiores aqui. Ele está sempre

124 buscando a evolução nas discussões, busca conversar com a Marília, com o
125 Germano, então está sempre em busca de melhorias mesmo. Não é em busca de
126 prejudicar outras pessoas, mas em busca de melhorias para proteger o meio
127 ambiente e da famosa e desejada sustentabilidade. Agradecer ao Ronaldo,
128 pessoalmente. Muito obrigado pela indicação. E agradecer à câmara que decidiu
129 que ele é merecedor desse prêmio. Muito obrigado, e espero que novos sejam
130 agraciados proximamente.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Tobias,
131 leve os sinceros parabéns para o seu pai. É merecido, ele sempre foi muito
132 participativo, não só no CRH, no COPAM, no CBH, mas em todos os fóruns. Às
133 vezes, como você disse, existem divergências, mas sempre com um objetivo
134 comum de construir algo melhor na questão ambiental. Então parabéns para ele,
135 um prêmio extremamente merecido.” André Luis Ruas/SEMAD: “Eu gostaria de
136 agradecer. Chegamos ao encerramento da nossa cerimônia de premiação. E fazer
137 o apelo, mais uma vez, sobre a importância desse prêmio, que os conselheiros,
138 nas edições futuras, pensem em outras pessoas, outras ações ou projetos que
139 merecidamente precisão do reconhecimento, da valorização do trabalho que fazem.
140 Esperamos que possamos dar continuidade ao trabalho ao Prêmio Natureza
141 Gerais e continuemos valorizando essas pessoas e projetos, que são muito
142 importantes para o nosso Estado.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Eu
143 gostaria só de retificar e pedir desculpas, porque o IEF participa, sim, do
144 Programa ABC Cerrado. A logo não estava na apresentação. Mas temos muito
145 ainda a fazer parcerias nesses projetos e estamos de portas abertas e vamos
146 intensificar nossas conversas com a Faemg.” Ana Paula Bicalho de Melo/Faemg:
147 “É muito interessante mesmo, e eu gostaria de ressaltar aqui. É uma gratidão
148 enorme. É a primeira vez que participamos com algum projeto em prêmio
149 ambiental, porque é um domínio mais de instituições que trabalham
150 exclusivamente para o meio ambiente. Como trabalhamos na área rural, com o
151 agro, não se fazia esse olhar antes de como o manejo e as atividades produtivas
152 trazem um benefício enorme ao meio ambiente. Nós temos estudos da Embrapa
153 que mostram, por exemplo, que pastagens recuperadas não só removem carbono
154 trazendo um balanço zero ou até tiraram mais ainda carbono, como também
155 promovem uma infiltração muito maior da água. Enquanto as pastagens não
156 recuperadas, a gente consegue às vezes arrancar com a mão, essas recuperadas
157 podem ter profundidade radicular de mais de metro. E aí, quando se substitui uma
158 cultura de uma pastagem por milho ou outra coisa, esse sistema radicular que
159 morre forma canais para infiltração da água. Então tem toda uma constituição de
160 sistema produtivo da agricultura, que faz parte do meio ambiente. Portanto, não
161 enxergamos mais e até tentamos desconstruir essa ideia, porque não existe meio
162 ambiente de um lado e o agro do outro lado. É tudo uma coisa só, porque o agro
163 trabalha dentro dos recursos naturais que o meio ambiente oferece, o agro faz
164 parte do meio ambiente, faz parte das paisagens rurais, tanto quanto florestas
165 etc., que têm toda a sua importância. E reforçar que vamos entrar agora em 2020
166 com o pé direito. Este ano de 2019 foi muito complicado, muito difícil para os

167 produtores rurais. Não é segredo nenhum, todos sabem, nós participamos de
168 audiências públicas em relação à questão de multas ambientais e uma série de
169 outras dificuldades. Mas entramos com fôlego de esperança, de animação, até em
170 virtude dessa premiação, para entrar 2020 com mais diálogo, mais busca de
171 soluções, deixar de existir aquela coisa de um falar aqui, outro falar ali, e se não
172 encontrar nada no meio do caminho. Vamos tentar buscar soluções e não apenas
173 imposições nem de um lado nem do outro lado. Eu já coloco aqui ao Malard,
174 representando todos da mesa, representando a SEMAD e todas as vinculadas,
175 para fazermos esse diálogo de soluções no ano que vem.” Conselheiro Ronaldo
176 Vasconcellos Novais: “Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar a SEMAD pela
177 realização dessa premiação. É muito bom ser lembrado, principalmente quando a
178 lembrança é justa. A grandeza de uma homenagem não está em recebê-la.
179 Qualquer um pode receber-lá. A grandeza de uma homenagem está em merecê-la.
180 Eu quero parabenizar tanto o Antônio Eustáquio, do Mover, que foi uma indicação
181 nossa, que eu conheço há anos e anos e tenho o maior respeito por ele, o filho
182 dele também, o Tobias, que conhece bem do meio ambiente, talvez até mais do
183 que eu e que o Tonhão, e parabenizar o André Ruas pela participação, pela
184 organização, e vocês, da SEMAD. Parabenizar também a Faemg. É bom porque
185 as pessoas lembram pouco. Nós da área ambiental sempre criticamos muito a
186 agricultura e hoje estamos aplaudindo aqui a agricultura de Minas Gerais
187 recebendo um prêmio. Eu queria parabenizar o atual presidente da Faemg, Dr.
188 Roberto Simões, e a equipe dele, mas pedir licença para homenagear a Ana
189 Paula, que falou em nome da Faemg e é conselheira, colega nossa aqui, que teve
190 o ‘desprazer’ de ser minha aluna, mas que formou em primeiro lugar no curso de
191 engenharia ambiental da Fumec. Parabenizar o Carlos Alberto. Há 30 anos, eu era
192 deputado estadual, e o presidente da Faemg entrou na reunião da Comissão de
193 Meio Ambiente e apresentou um jovem para ser assessor de meio ambiente da
194 Faemg. O primeiro assessor de meio ambiente da Faemg, há 25 ou 30 anos, era o
195 Carlos Alberto, que continua. Então eu quero fazer homenagem também aos dois,
196 Ana Paula e Carlos Alberto, que merecem a homenagem dessa premiação. E,
197 lógico, ao autor do projeto, ao coordenador deles.” Conselheira Mayara Márcia
198 Sarsur Viana: “Eu queria dar os parabéns também aos dois premiados. Ao
199 Ricardo, pela apresentação, e ao Antônio Eustáquio. E corroborar a fala da Ana
200 Paula, porque sabemos do cenário que o produtor rural enfrenta todos os dias e
201 das dificuldades que ele vem encontrando na sua caminhada para continuar
202 produzindo de forma sustentável, que é o nosso objetivo tanto da Secretaria
203 quanto da Faemg, que já vem desenvolvendo muito bem. Então parabéns pelo
204 prêmio para todos vocês, e que ano que vem continuemos com a nossa parceria,
205 preservando sempre o binômio de produzir e preservar. E a Secretaria também
206 está aberta para participar junto com vocês desses novos projetos para o próximo
207 ano. Assim como junto ao Sisema, com o qual nós tivemos uma aproximação
208 muito boa este ano. Que consigamos sempre buscar essas soluções que a Ana
209 Paula também já mencionou.” Conselheiro Miguel Ângelo Andrade: “Parabéns aos

210 agraciados. Eu queria só reforçar uma fala da Mayara. Nós temos uma ferramenta
211 que aplicamos agora – muito interessante – na Serra da Piedade, que é muito
212 complementar. Eu acho que essas ações são convergentes, devem ser somadas.
213 É o Zoneamento Ambiental e Produtivo, desenvolvido em conjunto com a Emater,
214 a Seapa, e o IEF participou dessa ação junto com a SEMAD e o IGAM, com
215 produtos muito próximos àqueles que os produtores rurais querem e conseguem
216 ouvir. Eu acho que isso é um grande diferencial. Muitas vezes, temos
217 diagnósticos, e os planos de adequação de propriedades lá na ponta têm um
218 distanciamento enorme entre o dado, a interpretação e a aplicação do dado. Eu
219 vejo que esse projeto é um exemplo desse compromisso e reforço mais uma vez a
220 necessidade talvez de se fazer essas convergências dessas boas práticas, como
221 a que foi premiada aqui hoje, com essas novas metodologias que o Estado tem
222 implementado junto às bacias hidrográficas para promoção de serviços ambientais
223 e agregar economicamente à produção dos produtores rurais. Então eu reforço e
224 queria, de público, aproveitar este momento e agradecer às instituições que se
225 envolveram na produção do ZAP da Serra da Piedade. O Dr. Hidelbrando esteve
226 lá conosco. E a expectativa da distância entre os diagnósticos e a aplicação.
227 Então eu reforço o convite da necessidade de fazermos essas convergências e
228 uniões para o desenvolvimento, considerando o produtor rural e a produção de
229 água e outros serviços.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “O ZAP, de
230 fato, é uma excelente iniciativa e ferramenta conduzida pela Seapa junto com a
231 SEMAD, com participação efetiva também do IEF. Recentemente, tivemos na
232 Serra da Piedade, já também com procedimentos para implantação em várias
233 outras sub-bacias também. Conte conosco, professor, em todas essas iniciativas.”
234 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Boa tarde, presidente desta reunião,
235 Dr. Antônio Malard, e meus colegas conselheiros do COPAM. Agradecer ao
236 Ronaldo pela referência elogiosa à minha pessoa. Muito obrigado. No Sistema
237 Faemg, nós temos tido surpresas agradáveis e outras desagradáveis. Eu vou falar
238 de uma agradável. Por exemplo, nós temos um programa chamado ‘Balde Cheio’,
239 que iniciamos para buscar excelência na produção de leite, e os subprodutos mais
240 imediatos que tiveram foram ganhos ambientais fantásticos. Por exemplo, o
241 camarada tira 100 litros com 50 vacas. Eu não sei fazer bem a dimensão. Ele
242 passa a tirar 200 litros com a metade de vacas em uma área metade. Então são
243 coisas assim muito interessantes. Mas eu queria resgatar uma palavra da Ana
244 Paula, que poucas pessoas devem ter entendido. Ela disse que espera que o ano
245 que vem nós possamos encontrar soluções. Soluções de quê? Nós podemos
246 manifestar perante a Secretaria de Meio Ambiente, falar que tem um decreto
247 terrível para o produtor rural, que é o decreto das multas, insistir que as multas
248 são altíssimas, que não se aplicam à área rural, e a Secretaria de Meio Ambiente
249 não nos dá nenhuma resposta. Nós não podemos falar que a Lei da Mata
250 Atlântica, em 2006, pretendia manter o bioma que ainda existia nas propriedades.
251 Hoje a Lei da Mata Atlântica virou um instrumento de ‘confisco’ da
252 propriedade. Não podemos reclamar junto à Secretaria de Meio Ambiente e

253 receber a resposta de que é lei federal. Existem muitas outras reclamações. Nós
254 podemos, por exemplo, falar que dentro do decreto das multas tem instrumentos
255 multiplicadores de valor que são impensáveis para a área rural, e essas coisas
256 não têm respostas. Então quando a Ana Paula fala, sinceramente, professor
257 Malard, é que consigamos manter um diálogo, que não foi possível este ano. Nós
258 temos também muitas reservas com esse programa, estabelecido pela SEMAD,
259 ‘Diálogos com o Produtor Rural’. A Faemg vem, a mais de 20 anos, tentando
260 conversar com o produtor rural a respeito dessa questão ambiental. É difícil, o
261 produtor rural a 400, 500, 600 km, a dispersão é muito grande. A Secretaria de
262 Meio Ambiente vem e monta esse programa ‘Diálogos com o Produtor Rural’ e
263 continua multando. Fica uma incoerência difícil de se explicar. Onde já teve esse
264 ‘Diálogos com o Produtor Rural’, o presidente do sindicato vira e fala assim: ‘Eu
265 pensei que ia ter um procedimento mais apropriado aqui aos nossos problemas,
266 com as dificuldades que temos com a Secretaria de Meio Ambiente.’ Nós não
267 podemos protocolar um pedido de outorga há sete, oito, nove anos e não ter a
268 resposta, e o produtor rural fica penalizado com auto de infração porque está
269 utilizando água sem ter a outorga. Nós não podemos, de jeito nenhum. O senhor
270 que hoje é o presidente desta reunião e os demais que são altas autoridades do
271 Sisema: nós não podemos eliminar a denúncia espontânea do decreto de multas
272 sem nenhum substitutivo à altura. Então, Dr. Malard, quando a Ana Paula fala que
273 a gente queria algumas soluções, são esses problemas que eu coloquei, uns dois
274 ou três, mas nós temos vinte ou trinta.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
275 “Conselheiro Carlos Alberto, é claro que eu vou ter que discordar de alguns
276 pontos. Primeiro, em relação ao diálogo. Sempre houve diálogo, sempre
277 estivemos abertos a recebê-los, a receber sugestões, não só a Faemg, como
278 qualquer entidade da sociedade civil, qualquer interessado que queira nos
279 consultar e apresentar propostas. Estamos sempre abertos a isso e a fazer o
280 diálogo mais próximo possível. Inclusive, com esse intuito, como o senhor mesmo
281 falou, é que nós implementamos neste ano o programa ‘Diálogos com o Produtor
282 Rural’, e a Faemg, inclusive, é nossa parceira, assim como a Fetaemg também. E
283 esse programa é muito bem-sucedido. Já foram mais de 500 produtores rurais
284 atendidos, com o objetivo de uma orientação personalizada. Então esse programa
285 tem esse viés. Por um dia inteiro, o órgão ambiental se desloca até um
286 determinado município – e aí todas as Casas, não só o IEF, mas também o IGAM,
287 a SEMAD; e em algumas ocasiões a FEAM poderá estar presente também – para
288 tirar todas as dúvidas e orientar. Porque muitas vezes o que falta para o produtor
289 rural, e o motivo de ele ser autuado não é a má-fé, é o desconhecimento, é a falta
290 de uma orientação. Então esse é o objetivo do programa, que nós consideramos
291 de muito sucesso, tendo em vista a sua realização em seis municípios, com
292 atendimento de mais de 500 produtores. A partir do início do ano que vem, nós
293 vamos intensificar e, inclusive, vamos voltar àqueles locais onde houve uma
294 edição. Assim como nós fizemos já em Araguari. O lançamento teve, inclusive, a
295 participação do governador, e nós retornamos após um mês de realização da

296 edição em Araguari, voltando então com as soluções, com as respostas aos
297 questionamentos apresentados pelo produtor. Então tem sido muito efetivo. Eu
298 vou até passar a palavra ao Dr. Robson também para poder falar um pouco mais
299 sobre o decreto de multas, e ele também, com mais propriedade, poderá falar
300 sobre a fiscalização preventiva, que já é de muito sucesso na indústria e que foi
301 colocada à disposição para o setor também agro e também para a participação da
302 Faemg, para que tenha esse primeiro contato também, uma orientação, e daí, sim,
303 seja feita uma fiscalização. Então a Secretaria de Meio Ambiente, assim como o
304 IEF, e todas as casas sempre trabalham buscando, a princípio, uma orientação.
305 Claro que em alguns momentos, se constatada uma irregularidade pós-orientação,
306 nós temos de cumprir com a lei, não há como fugir do que está previsto na lei.
307 Mas pode contar conosco, o nosso papel é sempre de orientar e trabalhar próximo
308 do produtor rural. E como eu disse anteriormente os produtores são, muitas vezes,
309 mal orientados ou não recebem orientação. E aí o nosso papel e da Faemg
310 também, da Emater e de várias outras entidades é nos aproximar deles para que
311 isso possa ser equacionado ou pelo menos minimizado.” Robson Lucas da
Silva/SEMAD: “Eu acho que é a primeira vez que participo de uma plenária do
313 COPAM e vejo que é um espaço adequado para discussão das controvérsias e
314 oportunidade também para que os órgãos públicos possam se inteirar das
315 situações que ensejam atenção. E não é de hoje que a reivindicação da Faemg e
316 de todo o setor produtivo rural envolve a revisão do Decreto 47.383, que desde a
317 sua edição, se eu não estiver enganado, em março de 2018, modificou
318 sensivelmente a legislação anterior, retirou o instituto da denúncia espontânea e
319 elevou sensivelmente os valores das multas. Exatamente em função dessas
320 críticas e da experiência que nós fomos colhendo ao longo da atuação, na
321 vigência deste novo decreto, em conjunto com a experiência da Polícia Militar
322 Ambiental, nós percebemos, em um primeiro momento, a conveniência
323 administrativa de fazer algumas adequações, de corrigir algumas distorções.
324 Acolhendo também as ponderações que vieram de todo o setor organizado, foi
325 providenciada a revisão desse decreto, e o senhor governador determinou, tendo
326 em vista a complexidade das matérias tratadas em relação a regularização e
327 fiscalização ambiental, a edição de um decreto específico para tratar do setor da
328 agricultura. Então nós devemos ter nos próximos dias a edição de uma
329 regulamentação das leis estaduais ambientais, contemplando os vários ambientes
330 dos setores produtivos. Na medida do possível, da legalidade, nós assimilamos as
331 sugestões que foram apresentadas. Em relação à atuação da fiscalização, ela não
332 é onipresente. Nós agimos com planejamento anual, agimos por impulso das
333 denúncias que são veiculadas nos canais competentes, agimos por requisição das
334 autoridades, do Ministério Público, do Poder Judiciário. Então eventualmente se
335 aconteceu a edição de um programa ‘Diálogos com o Produtor Rural’ e em
336 seguida foi realizada alguma fiscalização, certamente, foi por conta de algum
337 desses fatores, alguma denúncia, algum promotor ou algum juiz assim
338 determinou. E quando há autuação, como bem disse o Malard, é porque

339 infelizmente houve a infringência de uma norma ambiental. E o nosso propósito é
340 ocupar um espaço muito raro que existe e que é obrigação do Estado ombreiar
341 com o produtor para orientá-lo, para poder levar a ele todas as regras, as normas,
342 tudo aquilo que é necessário para que haja a desejada atuação equilibrada,
343 cumpridora da legislação, e que não atrapalhe, que não impeça, que não dificulte
344 a atividade produtiva. Então o senhor me disse, Sr. Carlos, que enquanto não
345 tivermos a revisão do Decreto 47.383 nós não teremos o apoio da Faemg no que
346 diz respeito à implementação da fiscalização preventiva na área da agricultura.
347 Então nós estamos muito próximos, com a modificação dessa legislação, de poder
348 inaugurar uma nova etapa, em 2020, com a nossa mesma disposição de
349 sentarmos, ouvirmos e quem sabe avançarmos nessa perspectiva, com viés de
350 orientação e não com o viés de punição. A nossa intenção é baseada nisso. A
351 orientação do secretário Germano, do governador Zema, é essa, é promover o
352 desenvolvimento sustentável sem que haja prejuízo para o equilíbrio das normas e
353 do nosso ambiente ecologicamente equilibrado. Então me anima muito – eu estou
354 aqui desde abril de 2019 – ver que conseguimos avançar. E que a gente renove e
355 mantenha sempre aberta a disposição de conversar, de ouvir as ponderações, as
356 sugestões, as críticas para aprimorar a nossa atuação.” Conselheira Andressa de
Oliveira Lanchotti: “Em relação a esse tema, que eu venho acompanhando pelo
358 Ministério Público, eu gostaria de sugerir à Faemg rever esse posicionamento de
359 não ter essa fiscalização preventiva. Porque pode ser um instrumento bastante
360 bom para construir até uma nova legislação. Porque funcionou muito bem com a
361 indústria. E ter esse compromisso, que é uma fiscalização, no sentido de educar o
362 produtor rural e ouvi-lo também, pode levar contribuições para a revisão do
363 decreto. Então se há o interesse por parte do produtor rural, que eu acredito que
364 haja, de atuar e ter a sua atividade dentro da legalidade, é uma boa oportunidade
365 para ter esse diálogo com o Sisema e também com o governo. Porque a partir daí,
366 vendo alguma situação que o Sisema entenda que hoje é uma infração, pode ser
367 ouvido o produtor rural para mostrar que não é uma infração. Então essa revisão
368 pode gerar uma norma ainda melhor. Eu só queria levar isso para reflexão dos
369 senhores porque acho que pode ser um instrumento bastante importante para nós
370 acabarmos com esse conflito de uma maneira definitiva. Porque tanto o poder
371 público quanto o setor produtivo têm o mesmo interesse, de ter uma agricultura
372 sustentável. Então eu acho que está faltando um pouco de diálogo para conseguir,
373 entre ambas as partes, esse objetivo comum.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
Oliveira: “Eu acolho com muito otimismo a fala do Antônio Malar, do Robson e da
375 Dra. Andressa. Significa que tem uma vontade de andar pelo mesmo caminho.
376 Mas gostaria de fazer algumas observações. Nós já tentamos fazer uma
377 fiscalização na agricultura, no setor da suinocultura, e não foi possível avançar um
378 centímetro. Porque uma coisa é pegar o sistema da indústria, que tem os centros
379 de liderança, os locais de reunião, que tem tudo direitinho, tudo organizado. Outra
380 coisa é pegar o setor da agricultura, que é disperso. E uma coisa que é terrível de
381 falar, a Faemg, definitivamente, não está querendo que não tenha fiscalização,

382 isso é sagrado. Se existe o fato punitivo, que ele seja punido. Não é isso que
383 queremos, mas é difícil demais fazer fiscalização preventiva na agricultura. Eu
384 gostaria. Dr. Robson, de fazer um alerta: nós temos uma coleção de
385 manifestações do governador dizendo que é impossível – com essas palavras – o
386 setor agrícola ser multado com valores tão altos, capazes de tirar o infrator da
387 atividade. Então esse decreto, se vier, não pode vir com arremedo de redução,
388 tem que vir com redução efetiva. E para vir com redução efetiva é preciso que o
389 setor da agricultura seja separado da mineração, da infraestrutura e da indústria.
390 Fazer uma multa de R\$ 50 mil para uma pequena mineração, ela tira de letra e
391 paga. Uma multa de R\$ 50 para o pequeno produtor, ele não sabe nem o que vai
392 fazer. Então fica esse alerta. Nós temos informações de que o segundo e o
393 terceiro escalões da SEMAD não concordam com a redução das multas. É muito
394 ruim ter que falar isso, mas aqui é lugar de falar. Então ficam essas observações,
395 e nós estamos abertos para fazer mais uma rodada na fiscalização preventiva,
396 sim, para ver se tem caminhos. Não estamos contrários, mas a primeira
397 oportunidade não foi possível.” Robson Lucas da Silva/SEMAD: “O decreto
398 preparado para o setor da agricultura foi gestado e impulsionado pela equipe da
399 Seapa, que trabalhou ferrenhamente. Tivemos, sim, alguns desencontros de
400 opiniões e divergências técnicas, mas o texto procurou refletir a realidade do setor
401 que o senhor representa. Nós fizemos algumas observações para que não
402 tenhamos óbices de cunho jurídico como, por exemplo, tangenciar o princípio do
403 não retrocesso. Mas em relação aos benefícios eu creio que as adequações serão
404 significativas e vão poder contemplar todas as ponderações que foram
405 apresentadas. A secretária Ana Valentini e a sua equipe trabalharam arduamente
406 e apresentaram um conjunto de propostas. Nós fizemos nossas ponderações, e o
407 resultado está na área técnica do governo, na consultoria técnica legislativa, e eu
408 acredito que nos próximos dias nós teremos o decreto publicado.” Conselheira
409 Mayara Márcia Sarsur Viana: “Só para complementar a fala do Dr. Robson e para
410 todos os outros conselheiros, na última reunião, ficou acordado mesmo entre os
411 dois secretários – a secretária Ana e o secretário Germano – que seriam adotadas
412 essas peculiaridades da agricultura. Então realmente vai ser feito um decreto
413 separado, uma outra ferramenta que aponte as peculiaridades do setor produtivo
414 dentro da agricultura. Então confere muito com o que senhor estava pedindo na
415 sua sala.

6) BALANÇO DAS ATIVIDADES DE COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.

Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF). O presidente Antônio Augusto Melo Malard apresentou ao Plenário do COPAM um balanço das atividades de combate aos incêndios florestais no Estado de Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.

Manifestações. Conselheiro Miguel Ângelo Andrade: “Parabéns pelo trabalho, Dr. Antônio Malard. Eu queria ressaltar uma sugestão de associar esses dados, porque eu acho que é uma série histórica que o IEF tem, de anos, um trabalho de inteligência muito forte. Um número uma vez o Henri Collet apresentou aqui, quando ele era diretor do IEF, sobre a questão do passivo econômico em relação

425 à regularização fundiária das UCs de Proteção Integral no Estado. Eu fiquei muito
426 curioso, e talvez seja um dado muito fácil para ter uma estratégia de combate ou
427 de investimento na prevenção, como o senhor mesmo disse, em relação às
428 ocorrências versus unidade de conservação que está carente de regularização
429 fundiária. Para fazer uma associação, para nós, pode parecer óbvio, mas já que
430 tem o dado para podermos analisar em cima de um dado concreto, seria
431 interessante ter mais certeza da relação dos incêndios versus a regularização
432 fundiária das unidades de conservação. Porque pode ser uma causa direta,
433 muitas vezes, associada para além da regularização em si, que é uma grande
434 lacuna, mas o esforço à proporção desse problema da relação desses incêndios.
435 Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto que eu queria sugerir é sobre a
436 necessidade do envolvimento do próprio ICMBio nesses esforços todos que nós
437 temos hoje no Estado. Porque o fogo não é institucional, ele não tem vitória e
438 atravessa cerca. Até mesmo com a participação do próprio ICMBio neste
439 Conselho, eu acho que é muito importante que seja avaliado aqui também. E
440 também as RPPNs, que são áreas consideráveis dentro do Estado, que têm uma
441 contribuição efetiva, muitas vezes, na conservação da biodiversidade e outros
442 serviços ambientais. É só uma sugestão como estratégia de planejamento, porque
443 muitas vezes essas áreas são muito isoladas, com questões fundiárias complexas
444 e questão de fiscalização, certamente, também uma grande lacuna, e muitas
445 vezes isso pode estar associado diretamente a conflito de regularização. Eu só
446 deixo a sugestão para o próprio IEF." Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
447 "Obrigado, professor Miguel, são muito pertinentes as duas colocações. Pode ser
448 que tenha, sim, uma relação direta ou pelo menos indireta entre regularização
449 fundiária ou ausência dela nas ocorrências de incêndio. Quando se tem uma
450 situação em uma unidade regularizada, é mais fácil de se ter aquele controle
451 sobre a unidade. Mas o fato de também não estar regularizada não significa que
452 nós não tenhamos a devida atenção. Até porque boa parte desses incêndios
453 iniciam no entorno. E no entorno – claro, não há que se falar em regularização
454 fundiária – nós atuamos muito próximos daqueles proprietários de terra, de
455 móveis, no entorno das unidades de conservação, porque em geral os incêndios
456 ocorrem no entorno. Como foi, por exemplo, no Parque do Rio Doce, onde tivemos
457 um grande incêndio. Lá há muito tempo não existiam incêndios, e iniciou no seu
458 entorno, mesmo com todo nosso controle e a preocupação, e alastrou para dentro
459 do parque. Um ponto importante também é que, quando observamos as
460 estatísticas, percebemos que aquelas unidades de conservação mais visitadas
461 são as que menos têm registro de incêndios, como, por exemplo, Ibitipoca.
462 Porque, felizmente, os próprios visitantes acabam atuando como fiscais, vamos
463 dizer assim. Então por isso que nós estamos cada vez mais reforçando, por
464 exemplo, parcerias com ciclistas, a exemplo do que estamos fazendo agora na
465 Serra do Rola Moça. Porque nós precisamos contar com os parceiros, porque
466 essas unidades de conservações têm uma extensão muito significativa, e é difícil
467 seu controle. Então trabalhar com essas parcerias nos auxiliam nessas ações de

468 prevenção. Em relação ao ICMBio, às RPPNs, primeiro o ICMBio é nosso grande
469 parceiro, faz parte da força-tarefa e acompanha de perto todas as nossas ações,
470 assim como nós acompanhamos aqueles trabalhos desenvolvidos por eles.
471 Inclusive, o MIF já se desenvolve em algumas das suas unidades de conservação
472 federais, e periodicamente nós estamos em contato com eles. E nas RPPNs
473 também, claro, nós temos nossa preocupação e atuamos junto com os
474 proprietários dessas unidades. Mas agradeço, são pertinentes, vão ser
475 consideradas, vamos fazer essa correlação entre regulação fundiária e
476 ocorrências de incêndios.” **7) DECRETO ESTADUAL Nº 47.749/2019, QUE**
477 DISPÕE SOBRE OS PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO
478 AMBIENTAL E SOBRE A PRODUÇÃO FLORESTAL NO ÂMBITO DO ESTADO
479 DE MINAS GERAIS. **Apresentação:** IEF. Daniela Souza, do IEF, fez
480 apresentação do Decreto Estadual nº 47.749/2019, que dispõe sobre os
481 processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal
482 no âmbito do Estado de Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi
483 disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Presidente Antônio Augusto
484 Melo Malard: “Obrigado, Daniela. Parabéns a você, parabéns à Vanessa e a todos
485 os envolvidos nesse processo. Não foi fácil a publicação desse decreto, foram
486 discussões técnicas de anos até culminarem nesse produto, que, como você disse
487 por diversas vezes, vai trazer uma segurança jurídica maior para todo mundo,
488 para os usuários e o órgão ambiental também.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol
489 Xavier: “Reiteradas vezes, a Daniela citou essa intervenção vinculada a processo
490 de licenciamento ambiental, mas não citou qual classe. Vai de 1 a 6 ou tem um
491 ponto de corte nessas classes? Estou dizendo da classe de licenciamento.”
Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “O que ela colocou é que o prazo de
493 validade acompanha a licença, e, independente da classe, as licenças têm a
494 mesma validade. Todas as licenças têm prazo de dez anos. Significa que pode
495 realizar aquela intervenção no prazo da licença. No caso, por exemplo, de uma LI
496 sozinha, tem um prazo de seis anos, e o prazo de intervenção será também de
497 seis anos. Porque muitas vezes acontecia de um empreendimento solicitar uma
498 intervenção, só que tinha um prazo de validade de uma licença maior, não fazia
499 nos dois anos e aí tinha que entrar com um novo processo.” Conselheiro Licínio
500 Eustáquio Mol Xavier: “Como vocês vão adotar o mecanismo para chegar aos
501 municípios conveniados com o Estado?” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
502 “Não são os conveniados, como também aqueles municípios que fizeram adesão
503 por meio da DN 213, a regra colocada na DN 213 é que esses municípios
504 precisam seguir os procedimentos e normas adotados pelo Estado. No âmbito do
505 convênio, nós temos um contato maior e até uma necessidade e obrigação de
506 fazer as auditorias. Então é mais fácil ter esse acompanhamento. No caso da DN
507 213, não há que se falar em fiscalização por parte da SEMAD, por parte do
508 Estado, tendo em vista ser uma competência originária, cabendo atuação do
509 Ministério Público, dos órgãos de controle. O que nós podemos fazer e sempre
510 fazemos nas capacitações que são realizadas, inclusive em parceria com a AMM,

511 é orientar e dizer para eles seguirem os procedimentos inerentes do Estado.
512 Inclusive, várias reuniões são feitas pela Subsecretaria de Regularização
513 Ambiental também com esses municípios para levar essa orientação.
514 Frequentemente, nós realizamos essas capacitações, e sempre tem um momento,
515 geralmente um dia específico, para a Agenda Verde, quando nós colocamos todos
516 os procedimentos inerentes às intervenções ambientais. Agora, com a publicação
517 do decreto, faremos também esse exercício no ano de 2020.” Conselheiro Licínio
518 Eustáquio Mol Xavier: “Então já fica um convite feito a você para avançarmos
519 nessa parceria. Retornando do período de férias, por que não fazermos um evento
520 envolvendo os representantes municipais que têm a anuência da SEMAD.”
521 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Podemos colocar um dia inteiro só para
522 falar do decreto.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Eu gostaria de
523 parabenizar a Daniela pela excelente apresentação, ela conseguiu ser bem
524 didática, sintetizar tudo. Em relação ao decreto também, há uma iniciativa de
525 modernização, que é bastante bem-vinda. Mas nós precisamos ainda analisar em
526 pormenores todas as mudanças. Eu fiquei com dúvidas em dois pontos. Primeiro,
527 a Daniela disse que havia dez hipóteses de intervenção e agora passaram a sete.
528 Eu queria que ela listasse essas três que deixaram de ser abrangidas pelo novo
529 decreto. E também fiquei com uma dúvida em relação ao prazo de informação
530 complementar. Ela falou de uma renovação automática. Mas se o prazo para o
531 empreendedor for de 120 dias e ele não se manifestar pedindo a informação
532 complementar ela renova automaticamente? Eu não entendi o sentido porque,
533 normalmente, pode ter uma renovação automática para o poder público, pelas
534 deficiências do poder público de responder às demandas do empreendedor.
535 Agora, se é interesse do poder público ter informação do empreendedor, e o
536 empreendedor não dá informação complementar, renova automaticamente? Então
537 seria melhor já dobrar o prazo. Eu não entendi o sentido.” Presidente Antônio
538 Augusto Melo Malard: “Na verdade, é a mesma lógica do licenciamento ambiental.
539 O prazo trazido pela Lei Complementar 140, de 120 dias, basicamente se
540 mantém, mas da seguinte forma. A princípio são 60 dias para todos os processos
541 de intervenção ambiental. Então é concedido um prazo para o proprietário ou
542 empreendimento de 60 dias. Se esse empreendedor não conseguir responder as
543 informações no prazo de 60 dias, anteriormente ao vencimento do prazo, ele tem
544 que solicitar a sua prorrogação, e tem que ser justificado, tem que ter uma
545 justificativa pertinente. Caso o órgão ambiental não se manifeste durante esse
546 período, aí esse prazo é automaticamente prorrogado, até os 120 dias. Agora,
547 felizmente, a gente vem conseguindo dar uma resposta mais rápida, mas no
548 passado acontecia de o órgão ambiental não dar a resposta no prazo requerido, e
549 aí o empreendedor não sabia se estava prorrogado ou não. Então é isso que o
550 texto traz.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Agora eu entendi. Eu
551 estava entendendo que prorrogava para o empreendedor silente, mas, não, é
552 quando ele pede expressamente ao poder público, justificadamente, e o poder
553 público não responde. Então a prorrogação é para o poder público.” Daniela

554 Souza/IEF: “Quanto à outra pergunta, foi retirada da regularização de ocupação
555 antrópica consolidada em APP porque tem esse reconhecimento legal do uso
556 antrópico consolidado, exceto de área urbana, o que foi declarado inconstitucional
557 pelo Tribunal de Justiça: a supressão de maciço florestal de origem plantada.
558 Porque desde 2013 tem uma previsão expressa na Lei de 20.922 que isso não é
559 uma intervenção ambiental. Na verdade, é uma colheita, não depende de
560 autorização. E aí nós fizemos uma inversão. Porque antes tinha uma previsão de
561 intervenção ambiental para floresta plantada com sub-bosque, e hoje tem uma
562 previsão de, quando um sub-bosque estiver na razão de 1 para 5, ou seja, 1 m³ de
563 nativa para 5 m³ de plantada, qualquer razão superior a isso, aí não é mais
564 supressão de maciço de plantada, é intervenção ambiental, e aí vai ser autorizada
565 pelo órgão ambiental. E a outra é a supressão de floresta nativa plantada que não
566 tivesse cadastro anterior no órgão ambiental. Como regulamentamos o cadastro
567 de plantio no decreto, essa hipótese cai por terra.” Conselheiro Thiago Rodrigues
568 Cavalcanti: “Eu queria, inicialmente, dar os parabéns ao Estado, parabéns ao IEF,
569 à Secretaria de Meio Ambiente, toda a equipe do Sisema por esse decreto. Nós
570 esperávamos esse decreto há muito tempo. Eu acho que tanto nós do setor
571 produtivo quanto o poder público e a sociedade civil, todo mundo esperava que
572 esse decreto saísse. Na Fiemg, geralmente, fazemos um documento no final do
573 ano trazendo as perspectivas para o ano futuro, e desde 2013, dentro desse
574 documento, tem o decreto regulamentador do Código Florestal. Então felizmente
575 agora em 2019 nós não vamos fazer para 2020. E eu queria muito elogiar o
576 conteúdo do decreto. Claro que tenho algumas críticas, e a Daniela Souza até
577 falou uma delas, que é relativa às compensações. Eu acho que é o único capítulo
578 do decreto ao qual eu teria algumas críticas, que o setor produtivo teria algumas
579 críticas. Quanto aos outros pontos, eu vejo que o decreto tem uma vantagem
580 muito grande: ele obedece muito bem os princípios trazidos pela Lei Florestal e
581 pelo Código Florestal federal. Isso é um ganho muito importante para nós aqui no
582 Estado. Em razão dessa minha fala, eu queria destacar somente alguns pontos
583 positivos que eu vejo nesse decreto. E aqui não vou trazer nenhum ponto
584 negativo, porque não acho que é o momento de criticar, em razão de o conteúdo
585 ser extremamente leal ao conteúdo da lei, com aquelas exceções que eu já
586 mencionei. Mas eu queria destacar a possibilidade de delegação de competência
587 para emissão de autorização para os municípios; a autorização de intervenção
588 ambiental podendo se estender da LI para a LO e as respectivas renovações,
589 diminuindo aqueles pedidos de adendos que vinham na LO, e tínhamos que ficar
590 votando no COPAM a toda hora. O já destacado pela Daniela Souza de, ao
591 término da vigência da autorização para intervenção em APP, não se precisar de
592 uma nova autorização ou de renovações. A autorização para intervenção
593 ambiental de forma corretiva, a ampliação das possibilidades de aproveitamento
594 socioeconômico e ambiental dos produtos florestais. Isso era importantíssimo. E
595 dois pontos em relação a compensação que eu acho extremamente positivos.
596 Primeiro, o banco de dados de áreas pendentes de regularização fundiária dentro

597 das unidades de conservação. Isso vai facilitar demais para o empreendedor
598 poder cumprir as compensações. O segundo é a possibilidade de o empreendedor
599 atuar como interveniente pagador nas ações de desapropriação movidas pelo
600 Estado para poder cumprir as compensações. Isso também vai facilitar demais
601 para o empreendedor visto que, quando o empreendedor chega para negociar
602 uma área em uma unidade de conservação, é um preço; quando é definido por
603 laudo do Estado e julgado em uma ação de desapropriação movida pelo Estado, é
604 outro. E no caso de uma ação de desapropriação o sujeito não tem possibilidade
605 de não querer vender a terra, ele está sendo desapropriado. No caso do
606 empreendedor, se o cara não quiser vender, não vende. E um outro destaque que
607 eu queria fazer é que eu vi dentro do capítulo todo de compensação um incentivo
608 do Estado para que o empreendedor compra as compensações na modalidade de
609 regularização fundiária. E isso eu acho que vai muito ao encontro do que o Miguel
610 falou aqui da regularização fundiária, do déficit de áreas a serem regularizadas no
611 Estado, trazendo esse incentivo para o empreendedor. Dessa forma, eu acho que
612 resolve o problema do empreendedor no cumprimento da compensação e resolve
613 muito o problema do Estado de não ter recurso financeiro para realizar a
614 regularização fundiária dessas unidades de conservação. Então eu queria, com
615 esses pontos todos, elogiar o trabalho do Sisema na publicação desse decreto e
616 colocar a Fiemg à disposição para levar esse decreto e as informações desse
617 decreto para o máximo de pessoas possível. Então a Fiemg e o Conselho da
618 Micro e Pequena Empresa estão à disposição para levar isso tudo.” Presidente
619 Antônio Augusto Melo Malard: “Obrigado, conselheiro Thiago. E da mesma forma
620 como eu disse para o Licínio nós já temos um planejamento de fazer um evento
621 também para divulgar e orientar. Porque muitas vezes, apesar do decreto, por
622 mais claro que seja, ainda surgem algumas dúvidas. São importantes também
623 eventos para deixar claro e orientar os empreendimentos, os proprietários, acerca
624 de todo o conteúdo.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu queria só tirar uma
625 dúvida. No decreto, quando fala de supressão, de intervenção ambiental,
626 específica de mata, no caso da Mata Atlântica específica, quando há, por
627 exemplo, caverna, cavidade, tem que ser preservada. Como é considerado isso no
628 decreto?” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Não é o objeto do decreto
629 tratar dessa matéria, nós temos outras legislações, inclusive decretos,
630 estabelecendo também procedimentos inerentes. É claro que têm que ser
631 verificadas toda a questão da legalidade ou não e as compensações também.”
632 Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Mas nesse momento qual é o link com os
633 outros decretos que normatizam a intervenção em área cárstica?” Presidente
634 Antônio Augusto Melo Malard: “Todos os decretos têm que ser seguidos. Alguns
635 não são complementares, mas são exigíveis e aplicáveis para qualquer
636 empreendimento em determinado território. Então se naquela localidade houver
637 cavidades não é no âmbito desse decreto. O empreendedor ou usuário ou quem
638 for fazer aquela intervenção tem que observar outras normas e não esse decreto.
639 Porque o decreto é florestal somente.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Então

640 ele é específico da parte do IEF, vamos dizer assim?" Presidente Antônio Augusto
641 Melo Malard: "Isso, da Agenda Verde." Conselheiro Paulo José de Oliveira: "Não
642 considera as outras obrigações de análise." Presidente Antônio Augusto Melo
643 Malard: "Não. O mesmo vale para os recursos hídricos. Tem outras questões.
644 Esse se refere só às intervenções." Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "O
645 decreto tem um mês e um dia, e vocês viram que a Daniela correu para fazer a
646 exposição dela e fez muito bem. Limpeza diária, disse a Daniela, não se confunde
647 com a questão dos estágios sucessoriais. Áreas rurais consolidadas,
648 aproveitamento socioeconômico de material lenhoso, taxa de expediente, taxa
649 florestal. E aí vocês vão lendo a quantidade de tipos que o decreto regulamenta. E
650 na minha opinião, na primeira leitura e na segunda e na terceira, foi muito bem a
651 equipe. Mas eu me lembro que nós discutimos esse decreto, fizemos algumas
652 sugestões, algumas foram aceitas, outras não foram. Mas eu penso, Dr. Malard,
653 que já pelo mês de abril e maio, nós poderíamos dar uma sentada. A nossa
654 pretensão é fazer um roteiro de dúvidas que ficaram, porque na verdade 90%
655 desse decreto se aplica diretamente ao setor agroflorestal e pecuário. E tem um
656 correspondente terrível: o correspondente dele é o decreto das multas. Só
657 adiantando aqui um procedimento que vamos cumprir neste começo de ano, é
658 fazer um documento levantando as dúvidas que ficaram, para que possamos
659 sentar e, tecnicamente, juridicamente, vencer essas dúvidas. Porque não pode. A
660 gente é chamado para discutir o decreto, discute, faz a sugestão, e depois vem
661 uma nota de pé de página falando que não foi aceita pelo grupo. Algumas com
662 justificativas, outras sem. Mas a avaliação do decreto é muito boa. Foi um acerto
663 bom da equipe. Mas nós vamos retornar a esse assunto, que é bem mais leve do
664 que o decreto das multas." Presidente Antônio Augusto Melo Malard: "Inclusive,
665 ontem e hoje, todos os supervisores das 14 Regionais do IEF estão reunidos aqui
666 em Belo Horizonte com a Vanessa, a nossa diretora de Controle e Monitoramento.
667 Naturalmente, com a publicação de qualquer norma, surgem dúvidas. Por mais
668 que o texto seja muito bom, surgem dúvidas às vezes sobre como procedimentar
669 algumas ações. Então estão todos reunidos para responder dúvida por dúvida de
670 todos os usuários que já apresentaram questionamentos, para que possamos
671 sanear essas questões e dar publicidade também a elas. Um material importante
672 também que nós podemos fazer em conjunto é uma cartilha. Inclusive, nós já
673 estamos prevendo com a Fetaemg, que nos procurou. Não pelo decreto
674 propriamente dito, mas por questões inerentes ao pequeno produtor rural. Para
675 fazer algo mais didático, para aquela pessoa que tem menos isso instrução. E eu
676 acho que nós podemos fazer algo também similar com a Faemg, talvez
677 especificamente sobre o Decreto Florestal. Eu acho que a Fiemp pode participar e
678 qualquer outra entidade também que tenha o interesse, para deixar tudo mais
679 claro ainda. Sempre é possível exemplificar, fazer ilustrações, em uma linguagem
680 mais acessível. Então estamos à disposição também para essa conversa."

8) RESULTADOS DA OPERAÇÃO CARVÃO. Apresentação: Subsecretaria de Fiscalização Ambiental (Sufis/SEMAD). Robson Lucas da Silva, da SEMAD,

683 apresentou ao Plenário do COPAM os resultados da Operação Carvão.
684 Manifestações. Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Obrigado, Dr. Robson.
685 De fato, essa operação foi muito bem-sucedida. É claro que alguns
686 empreendimentos que ainda insistem em utilizar carvão vegetal proveniente de
687 mata nativa, infelizmente, não conseguimos pegar todos os infratores, em razão
688 de várias questões, de um infrator comunicar ao outro na hora da batida, vamos
689 dizer assim. Mas foi bem-sucedida tendo em vista todas as apreensões que foram
690 realizadas, inclusive com três pessoas com prisão decretada. As operações vão
691 continuar, nós estamos cada vez mais, a Sufis, com esse protagonismo de ficar
692 em cima desses empreendimentos que por muito tempo pensavam, tinham a ideia
693 de que estavam sem fiscalização ou sem punição. Então esse trabalho cada vez
694 mais efetivo vem sendo realizado e será impulsionado no ano que vem. E uma
695 ferramenta excelente que, provavelmente, no prazo máximo de um ano, será
696 implementada é um novo sistema de rastreabilidade de toda a cadeia do carvão
697 vegetal, desde o plantio, passando pela colheita, até o transporte. Nós estamos
698 elaborando um trabalho com o governo holandês, que está trazendo a tecnologia
699 blockchain, que já é reconhecidamente utilizada por todo o mundo, uma tecnologia
700 utilizada para bitcoin, e aqui em Belo Horizonte no sistema de rotativo também é
701 utilizada. E no Estado de Minas Gerais o governo de Minas Gerais foi escolhido.
702 Foi escolhida a cadeia do carvão vegetal para ser piloto desse modelo. É uma
703 tecnologia que é praticamente imbatível com relação a fraudes e vai ser a base da
704 elaboração de módulos de sistemas específicos. Vai ter um módulo para plantio,
705 um módulo para colheita, um módulo para o transporte. Nós estamos fazendo
706 essa articulação, inclusive, com os setores, a Amif, o Sindifer, a Fiemp, que
707 também têm esse interesse de ter uma resposta mais rápida, mais segura e que
708 elimine aqueles empreendimentos que são ilegais. São bandidos, na verdade, são
709 criminosos. Então provavelmente no ano que vem, até o final do ano, teremos
710 esse sistema, que será um marco e um divisor de águas em relação a esse
711 problema histórico da cadeia de carvão. Então podem ter certeza de que em breve
712 teremos excelentes notícias com a implementação desse sistema.” Maria Bueno
713 Barbosa/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico: “Eu sou da
714 Assessoria de Cooperação Internacional do governo, funcionária da Secretaria de
715 Desenvolvimento Econômico. Eu vim representando o Juliano, nosso
716 subsecretário de Promoção de Cadeias Produtivas e de Investimento. Junto com o
717 pessoal da SEMAD e da Prodemge, eu coordeno a parte da cooperação técnica e
718 cooperação internacional com a Holanda nesse projeto. Já tem avançado
719 bastante, é um projeto que correu super rápido, e eu fico muito satisfeita também
720 de ser mencionado aqui. E me coloco à disposição para quem quiser saber mais
721 informações. A parte mais técnica, a parte ambiental do projeto, está sendo
722 desenvolvida, principalmente, pela SEMAD, que pelo que estamos acreditando do
723 desenho do projeto é que vai assumir isso daqui para frente. A Secretaria de
724 Desenvolvimento Econômico, no momento, vai ficar com a parte da ponte mesmo
725 com a Holanda. E nós tivemos a oportunidade de apresentar esse projeto no

726 Consulado Geral do Reino dos Países Baixos, em São Paulo, salvo engano, no
727 mês passado, e eles ficaram impressionadíssimos com o quanto a cadeia pode
728 realmente ser ajudada. E essa parte de fiscalização que o Sr. Robson acabou de
729 apresentar, das dificuldades, o quanto o blockchain pode ajudar, que isso seja
730 mais ágil, menos burocrático, mais transparente, mais difícil de ser adulterado.
731 Então fico muito feliz de ver o projeto mencionado e estou aqui para me colocar à
732 disposição para o que se fizer necessário.” Presidente Antônio Augusto Melo
733 Malard: “Obrigado. Nós estamos muito esperançosos e ansiosos com esse
734 sistema. Como foi dito, é fruto de um trabalho em conjunto da Sede, da SEMAD,
735 do IEF. A Seapa também está para ser incorporada nesse processo, tendo em
736 vista sua interface também com os procedimentos. E em breve teremos
737 excelentes notícias.” **9) NOVOS PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO**
738 **DE RECURSOS HÍDRICOS.** **Apresentação:** Instituto Mineiro de Gestão das
739 Águas (IGAM). Marília Carvalho de Melo, do IGAM, fez apresentação à Câmara
740 sobre os novos procedimentos para regularização de recursos hídricos no Estado
741 de Minas Gerais, com base no Decreto 47.705 e na Portaria 48/2019. O conteúdo
742 da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Presidente
743 Antônio Augusto Melo Malard: “Obrigado, Marília. Parabéns pela apresentação,
744 parabéns também pelos resultados alcançados, parabéns para toda a equipe. Nós
745 percebemos que, de fato, foi buscada a desburocratização, maior celeridade do
746 processo, o que o IGAM vem conseguindo com muita excelência.” Conselheira
747 Andressa de Oliveira Lanchotti: “Eu gostaria também de parabenizar a Dra. Marília
748 pela atuação à frente do IGAM e pela modernização dessa regulamentação. Eu
749 queria saber em relação à telemetria, se há alguma previsão de exigência nos
750 procedimentos de licenciamento ambiental da mineração. Porque nós temos
751 observado que esse monitoramento está sendo bastante efetivo nos locais onde
752 são implantados, como é o caso da Samarco. Então vem se mostrando uma
753 garantia para a própria mineradora. Eu estive in loco, em outubro, em Germano, e
754 observei que o nível de turbidez a montante do site de Germano é bem superior a
755 jusante. É uma diferença bem significativa nos dias de monitoramento antes do
756 advento do período chuvoso. Então é uma segurança para o empreendedor.
757 Algumas outras empresas já estão adotando voluntariamente. A Anglo American
758 vai começar também a utilizar a telemetria para fazer o monitoramento dos corpos
759 hídricos de Conceição do Mato Dentro, a Vale já está usando em Brumadinho. Eu
760 queria saber se há uma previsão e quais são os critérios para se exigir de outras
761 empresas de mineração.” Marília Carvalho de Melo/IGAM: “Aqui a exigência de
762 telemetria é para monitoramento de vazão, no âmbito da outorga. Nós temos outro
763 instrumento, que é o automonitoramento do licenciamento ambiental, e discutimos
764 muito no ano passado essas novas competências do Sisema. A ideia inicial era
765 que o automonitoramento viesse para o IGAM, para integrar com a nossa rede
766 básica de monitoramento. Porque temos uma rede de 600 pontos, e na hora que
767 integramos com esse monitoramento do automonitoramento temos uma
768 quantidade de dados maior, uma capacidade analítica muito maior. Mas no final

769 das contas decidiu-se que manteria na FEAM. E a ideia é que a gente trabalhe
770 com termos de referência comum para integrar nessa rede. Ainda não há uma
771 previsão, mas eu acho que a tendência é essa. Nós precisamos de
772 monitoramento, e monitoramento em tempo real, para tomada de decisão e para
773 controle. Porque nós sabemos – o Dr. Robson vive isso, e eu já vi – que
774 infelizmente não podemos ser onipresentes com a fiscalização. Então esses
775 instrumentos tecnológicos nos ajudam no controle das atividades.” Conselheira
776 Andressa de Oliveira Lanchotti: “Porque na prática, se não há o monitoramento
777 automático, em tempo real, acaba que não é possível comprovar qual é o fator de
778 aumento de turbidez. Sempre tem alguma explicação, como a chuva... Agora, na
779 telemetria, não, já vai identificar quando não há uma variação pluviométrica
780 importante e já vai poder considerar a partir daí.” Renato Teixeira Brandão/FEAM:
781 “A ideia inicial do governo era, inclusive, discutir novas leis, que trariam as
782 competências dos órgãos. Em função da tomada de decisão do governo de não
783 discutir novas leis e discutir, sim, ajustes nos decretos das Casas, a FEAM
784 continua com a competência para efluente. O que nós temos junto com a equipe
785 da Regularização? Discutido uma integração dos automonitoramentos dentro do
786 Sistema de Licenciamento Ambiental. Para justamente podermos começar a
787 discutir padronização, por atividade, desse automonitoramento, e quais são as
788 regras para cada uma das atividades. E uma das atividades a serem discutidas
789 será da mineração, colocando essas regras. Nós temos discutido, isso está
790 previsto para o módulo dentro do SLA que vai ser implementado no próximo ano.
791 E aí vai ter um módulo específico de automonitoramento, onde vai ser colocado, e
792 acompanhado também pelos Núcleos de Fiscalização da SEMAD. Então a ideia é
793 padronizar via próprio SLA.” Anderson Silva de Aguilar/SEMAD: “Além dessa fase
794 3, que vai trazer o automonitoramento dentro da ferramenta do SLA, que vai
795 propiciar uma gestão, a telemetria dos dados é o fato que tem alcançado cada vez
796 mais a nossa realidade. Hoje o monitoramento de ruído é possível fazer online, o
797 monitoramento sismográfico é possível fazer online, monitoramento em grandes
798 parâmetros é possível fazer também online. O que se espera é uma
799 autorregulação dos setores para que isso aconteça. À medida que isso não vai
800 acontecendo, o setor público avança e coloca isso como regra. Mas como ainda a
801 oferta é muito pequena, e nós sabemos que ela não dá conta de atender a
802 demanda, nós temos que fazer uma medida conforme a evolução tecnológica. A
803 própria DN 216, que vai entrar agora em vigor com algumas obrigatoriedades a
804 partir de janeiro de 2020, já traz isso também como ponto de partida da melhoria
805 dos monitoramentos ambientais, dentro do processo de licenciamento,
806 obviamente, mas não somente dentro dele. Para trazer garantia de que aquele
807 serviço prestado pelas consultorias que são entendidas pela DN como laboratório
808 tenha também uma certificação que vai trazer qualidade para aquele dado
809 apresentado. Então só dizer que isso é uma evolução constante, precisa ter uma
810 autorregulação do setor também, precisa ter ainda um avanço tecnológico, mas
811 que a oferta também aconteça do tamanho que é a demanda. Porque o setor

812 público vai avançando à medida que isso tudo vai acontecendo." Marília Carvalho
813 de Melo/IGAM: "Um ponto também para complementar é o que nós colocamos,
814 inclusive, como uma das compensações que nós estamos prevendo. É um
815 sistema que recepciona online os dados de vazão. Então nós temos que ter um
816 sistema também que possa recepcionar online. E nós estamos no sistema de
817 monitoramento de qualidade da água, e a nossa proposta já era até para garantir
818 a sua integração com o automonitoramento. Porque é uma rede tendencial, mas
819 não tenho certeza de onde é a fonte. Eu só tenho certeza de onde é a fonte
820 quando tenho dado de automonitoramento na minha mão e posso pegar uma e
821 outra e comprovar. Então a ideia é que esse sistema também abra já esse espaço
822 para a gente receber por telemetria e de outros usuários também através do
823 automonitoramento."

10) PROJETO CLIMA NA PRÁTICA. Apresentação: **Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)**. Larissa Oliveira, da FEAM, fez apresentação do Projeto Clima na Prática. Em seguida, o presidente Antônio Augusto Melo Malard registrou a seguinte manifestação: "Obrigado, Larissa, parabéns pela apresentação, parabéns pelo trabalho desenvolvido frente ao tema, e ao Renato também. Como você disse, é uma agenda que não é só da FEAM. A FEAM coordena e lidera esse processo, mas é muito convergente com o IEF. Temos que aproximar também as questões. Mas este é o momento agora, retomado tudo isso, e esperamos, de fato, que venham boas notícias da COP-25."

11) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO COPAM PARA O ANO DE 2020. Apresentação: **SEMAD**. Aprovada por unanimidade a proposta de agenda de reuniões do Plenário do COPAM nos termos apresentados pela SEMAD, com previsões de sessões em 11/3, 17/6, 16/9 e 9/12. Votos favoráveis: SME, Fiemg, Ibram, APPA, Faemg e Ministério Público.

12) ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Antônio Augusto Melo Malard agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

841
842
843
844 **Antônio Augusto Melo Malard**
845 **Presidente suplente do COPAM**